



## PODER E RELAÇÕES DE GÊNERO NA HISTÓRIA DA SAÚDE MATERNO INFANTIL EM VITÓRIA DA CONQUISTA (1940-1960)

Cleide de Lima Chaves

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Brasil

Endereço eletrônico: cleide.chaves@uesb.edu.br

Luzia Beatriz Ramos Alves

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Brasil

Endereço eletrônico: luzia-alves7@outlook.com

2510

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca investigar como se deu a constituição de instituições voltadas para a saúde materno-infantil em Vitória da Conquista, interior baiano, nas décadas de 1940 a 1960, e de que maneira essas instituições atuaram na cidade, a partir de uma política de assistência à saúde materno-infantil, engendrando relações de poder e reforçando os papéis de gênero na cidade, através dessas instituições.

Ao buscar analisar a assistência materno-infantil e o controle social implementado por diversas instituições no Brasil e na cidade em análise, inserimos o trabalho dentro do debate atual feito pelos movimentos feministas acerca da estruturação social brasileira marcada pela dominação masculina/patriarcado, em que a posição das mulheres não é apenas “diferente” da dos homens, mas é uma posição social de subalternidade, bem como do debate acerca da não separação das esferas pública e privada.

Como chama a atenção Flávia Biroli, os estudos feministas têm demonstrado que é impossível dissociar a vida pública da vida privada e que é preciso discuti-las “como um complexo diferenciado de relações, de práticas, e de direitos – incluídos os direitos à publicidade e a privacidade – permanentemente imbricados, uma vez que os efeitos dos arranjos, das relações de poder e dos direitos garantidos em umas das esferas serão sentidos na outra” (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Os cuidados com as crianças foram construídos historicamente como pertencentes à esfera privada e como uma responsabilidade e tarefa femininas, cabendo quase que exclusivamente às mães esse papel. No final do século XIX e início do XX iniciou-se no mundo e também no Brasil, como afirmam Martins e Freire (2018, p.182),



um processo de “intervenção e politização da saúde das mulheres e das crianças”, com a entrada de outros personagens que passaram a disputar esses cuidados, como osmédicos, filantropos e agentes públicos sem, no entanto, questionar o espaço privado como exclusividade da mulher/mãe.

Os motivos pelos quais a infância e os cuidados materno-infantis ganharam importância nesse período são diversos, de acordo com a historiografia especializada. Desde o processo de urbanização e industrialização aceleradas na Europa, que promoveu uma crescente pauperização e aumento da mortalidade infantil, bem como a crescente importância da ciência médica, que buscou redefinir os papéis da maternidade em bases ditas “científicas”.

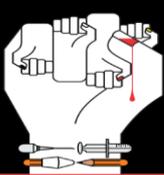
O modelo assistencial predominante no interior do Brasil e da Bahia ainda era o das Santas Casas de Misericórdia, que se expandiram por todo o território baiano ao longo das primeiras décadas do século XX. Foi o caso de Conquista que, a partir da fundação da Santa Casa em 1915 (CHAVES, 2013), ao longo das décadas seguintes contribuiu para a fundação do Posto de Puericultura da Legião Brasileira de Assistência em 1948, estruturou uma maternidade, inaugurada em 1952, e contribuiu para a criação do Orfanato/Lar Santa Catarina de Sena em 1957, fundado pelas freiras enfermeiras da Santa Casa da Ordem de Santa Catarina de Sena. Buscaremos focar nestas Instituições para compreender as relações de poder e de gênero constituídas nos cuidados com a saúde materno-infantil.

## METODOLOGIA

A metodologia do trabalho foi estruturada com base na revisão histórica-historiográfica da temática, bem como no levantamento e análise das fontes primárias disponíveis, como as atas da Santa Casa de Misericórdia da cidade, notícias de jornais locais, boletins da Legião Brasileira de Assistência na Bahia, dentre outros. A partir da cotização entre bibliografia e fontes, utilizando-se da crítica externa e interna ao documento, foi possível elaborar as análises aqui evidenciadas.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira instituição da cidade, a Santa Casa de Misericórdia, fundada em 1915, construiu e administrou (até a atualidade) o primeiro hospital, o São Vicente de



Paulo da Santa Casa de Misericórdia de Conquista. Primeira instituição médico-hospitalar existente na cidade, também realizava partos, com uma clientela composta pela comunidade mais carente da cidade, o que não quer dizer que toda a população menos favorecida economicamente se dirigisse sem reservas ao atendimento obstétrico hospitalar.

A arte de partejar era um terreno exclusivo das mulheres durante séculos e não foi diferente em Conquista. Boa parte das parteiras da cidade era procedente das camadas pobres, muitas delas negras, como foi o caso de Eufrozina Maria de Oliveira Freitas, a Fulô do Panela, mulher negra e parteira conquistense. No entanto, Fulô era

negra, mas rica, e conforme afirmam Nogueira e Moreira (2014, p.470) “pertencia à elite dominante subvertendo a sua condição de negra, mascarando a cor da própria pele escondida sob a situação econômica e política que o nome da sua família indicava”.

Esse exercício de partejar foi sendo disputado pelos médicos, que iniciaram – nacionalmente e localmente – uma campanha de deslegitimação das parteiras e instituição do médico como legítimo profissional para partejar, além da introdução das maternidades, que buscavam substituir o parto domiciliar pelo parto hospitalar, processo lento e conflituoso.

Em Conquista, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, juntamente com o auxílio financeiro da Legião Brasileira de Assistência, funda a primeira Maternidade, inaugurada em 1957, voltada para as mulheres pobres. A dificuldade em convencer as mulheres trabalhadoras de que a ciência médica era a melhor proposta à saúde da mulher foi sendo vencida com o uso da imprensa – aparelho privado de hegemonia – como corroboradora dos seus argumentos.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi outra instituição importante fundada na cidade em 1948. Criada em 28 de agosto de 1942, como enfatiza Ana Paula Martins (2011, p.16), “inicialmente a LBA direcionou os seus esforços para atender as famílias dos soldados que estavam na Europa, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial – o próprio nome da instituição expressa nítida referência militar”. A primeira-dama Darcy Vargas agregou mulheres das classes mais privilegiadas do país para compor uma legião de combatentes femininas que, mesmo não indo para o cenário da guerra na Europa, deveriam atuar no Brasil como verdadeiros soldados para cuidar das famílias dos soldados. No entanto, terminado a guerra, a LBA “passou, após 1946, a



se dedicar à maternidade e à infância, implantando postos de serviços de acordo com interesses, apoios e conveniências, no intuito de legitimar o Estado junto aos pobres” (Barbosa, 2017, p.25).

A LBA atuou em Conquista através de um posto de puericultura, sendo dirigida por um médico da Santa Casa de Misericórdia, Adelmário Pinheiro, que atuou em parceria com a Misericórdia local, atendendo mulheres e crianças que procuravam o hospital e a maternidade. Além de prestar atendimento médico às mulheres grávidas e às crianças, o Posto de Puericultura também distribuía medicamentos e leite de vaca in natura e em pó e lançavam campanhas médicas “educativas” de como as mães deveriam alimentar e cuidar das crianças.

Sobre as presidências da Comissão Estadual da Bahia e das comissões municipais da LBA, é importante destacar a proeminência dos homens, em detrimento das mulheres. Nascida a partir da iniciativa da primeira dama, Darcy Vargas, que dirigiu a entidade entre 1942 e 1945, quando da saída de Vargas do poder a partir de 1946, as primeiras damas terão uma presidência de “honra”, enquanto empresários e políticos assumiram a LBA efetivamente. Os papéis de gênero estavam conformados para que as mulheres ficassem destinadas ao papel dos cuidados, como auxiliares, enfermeiras e voluntárias, atuando diretamente com o público alvo da instituição, como as gestantes, parturientes e crianças pequenas, enquanto aos homens destinavam-se dirigir e administrar a Instituição.

Cabe, por fim, chamar a atenção para a chegada das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena em Conquista, na década de 1940, e a conformação dos papéis de gênero nas instituições estudadas. Elas chegaram na cidade na década de 1940, após solicitação do médico Crescêncio Silveira, provedor da Misericórdia na época, com o intuito de que ficassem responsáveis pelo cuidado dos doentes. É importante ressaltar que o papel de gerência da Casa de Misericórdia era realizado por homens, e às mulheres era resguardado o papel de cuidadora dos enfermos, das crianças e idosos, bem como dos pedidos de doação em nome da irmandade. Argumentamos que a contratação das freiras teve uma dupla significação, pois além de garantir que fosse mantida a assistência aos necessitados, ainda garantiria que aos homens ficasse relegado somente o papel de administração.



## CONCLUSÕES

Essas instituições contribuíram enormemente para a constituição de um campo de conhecimento que passou a intervir nas práticas maternas e a deslegitimar os saberes populares das mães trabalhadoras, bem como com a redução da definição da feminilidade à maternidade. As repercussões dessas intervenções encontram-se presente até a atualidade, em um debate que precisa ser feito acerca de quem é a responsabilidade pelos cuidados integrais às crianças, dentre outros temas.

2514

**PALAVRAS-CHAVE:** Poder. Relações de gênero. Saúde materno-infantil. Santa Casa.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Michele Tupich. *Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de Assistência em tempos de guerra, 1942-1945*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2017.

CHAVES, Cleide Lima. *A assistência à saúde no Sertão baiano: as origens da Santa Casa de Misericórdia de Vitória da Conquista (1913-1932)*. IN: *História da saúde e das doenças na Bahia: séculos XIX e XX*. Vitória da Conquista: Uesb, 2013.

MARTINS, Ana Paula Vosne; FREIRE, Maria Martha Luna. *História dos cuidados com a saúde da mulher e da criança*. In: TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto (orgs.). *História da saúde no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2018, pp.182-224.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais*. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 18, p. 15-34, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702011000500002>.

MOREIRA, Núbia; NOGUEIRA, Marta. *Mobilidade e poder da mulher negra no Sertão da Ressaca*. *Revista da ABPN*, vol. 6, jun. 2014. Disponível em: <http://www.abpn.org.br/revista/index.php/edicoes/article/view/450>. Acesso em: 29 Set. 2014.